



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009368-45.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Santos Barbosa de Brito**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter firmado plano de telefonia com a ré, efetuando os pagamentos das faturas respectivas de acordo com sua utilização.

Alegou ainda que recebeu duas faturas com valores exorbitantes e em descompasso com o que foi contratado, realizando sua quitação para evitar maiores problemas.

Salientou que a questão foi levada ao PROCON local, comprometendo-se a ré a cancelar os débitos porventura em aberto, mas isso não aconteceu e sua linha acabou sendo bloqueada.

Reputo de início que a ré não refutou o bloqueio da linha telefônica do autor, referindo somente que poderia fazê-lo diante do desvio de sua utilização (o terminal não teria sido contratado para uso comercial).

Ela, porém, não comprovou que teria lastro a tanto na medida em que não amealhou elementos consistentes sobre a finalidade específica que deveria nortear a utilização da linha, bem como que poderia bloqueá-la em caso de descumprimento a esse respeito.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outro lado, a ré também não explicou por qual razão as faturas com vencimento em maio e junho de 2015 contemplaram somas muito superiores às faturas anteriores.

O cotejo entre todas (fls. 16/18 e 19/22) denota claramente tal discrepância não justificada em momento algum.

Tocava à ré essa tarefa, seja por força do art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor, cujos requisitos estão preenchidos, seja em face do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, até porque reunia plenas condições técnicas para tanto, mas ela não se desincumbiu minimamente desse ônus.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida nesse particular, impondo-se a restituição das importâncias pagas pelas faturas com vencimento para maio e junho de 2015 e restabelecendo-se o funcionamento normal da linha telefônica do autor na forma da decisão de fls. 28/29, item 1.

Resta então saber se o autor faz jus ao ressarcimento dos danos morais que assinalou ter experimentado e entendo que isso teve vez.

Na verdade, ele necessitou socorrer-se do PROCON local para que a conduta irregular da ré fosse coibida, mas mesmo depois disso (e do acordo então firmado entre as partes) se viu às voltas com novos problemas que culminaram com o bloqueio da linha, cessado pela intervenção realizada nos presentes autos.

Essa dinâmica patenteia os transtornos de vulto que sofreu o autor, afetando-o como de resto ocorreria com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

A ré ao menos no caso presente não dispensou ao autor o tratamento que lhe seria exigível, extrapolando a espécie os meros dissabores inerentes à vida cotidiana ou o simples descumprimento contratual para a configuração dos danos morais.

O valor da indenização está em conformidade com os critérios usualmente utilizados em situações semelhantes (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo prosperar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 118,66, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso das importâncias que a compuseram, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso a ré não efetue o pagamento das importâncias aludidas no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 28/29, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**